

A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES LOCAIS

José Antonio Moraes do Nascimento

Universidade de Santa Cruz do Sul - Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e dos Cursos de História e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Bianca Tamara de Siqueira

Prefeitura Municipal de Sinimbu - Professora de Ensino Fundamental na rede municipal de Sinimbu. Licenciada em História e Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul.

Resumo

A construção de identidades locais é uma discussão a partir da perspectiva da importância da História Local como método de abordagem, já que se constitui como uma ferramenta que possibilita a (re) construção, ou a identificação das identidades locais, considerando os elementos culturais, para que vise suavizar os impactos do processo de globalização sob as identidades. Para o presente trabalho, foram realizadas entrevistas com professores e gestores que atuam em escolas públicas municipais e estaduais dos municípios de Herveiras e Rio Pardo, do estado do Rio Grande do Sul. Os resultados mostraram que a História Local tem um papel significativo na Educação Patrimonial e na construção das memórias que levam ao relevante processo de construção das identidades.

Palavras-Chave: Identidade. História Local. Ensino

Situando a discussão

As diferentes sociedades, ao longo do tempo, se constituíram a partir de uma constante construção de suas identidades, elaboradas a partir dos acontecimentos históricos e suas relações sociais, políticas e econômicas interligadas com a memória existente e/ou construída de um determinado território. Assim, *a construção de identidades locais* priorizou o conhecimento sobre o local e o específico, procurando interligá-lo a um desenvolvimento regional mais amplo. Do mesmo modo, discutiu como foram sendo construídas a história e a identidade local, a partir dos acontecimentos e das narrativas sobre eles.

Nesse sentido, o texto aborda possibilidades de utilização do ensino de História Local como um método na construção de conhecimento de um determinado lugar, como construtor da cidadania e norteador dos processos de (re)construção identitária,

considerando os elementos culturais, a fim de suavizar impactos decorrentes do processo de globalização. Ainda, é constituído de uma revisão bibliográfica em torno do tema da História Local e a relação identitária, mesclado com depoimentos de professores e gestores da educação e, considerações na forma de abordagem na História Local nos sistemas educativos municipais e estaduais de Herveiras e de Pardo, também aplicados aos processos identitários.

A observação dos reflexos da História Local nos sistemas educativos levou em consideração o recorte de estudo a partir da independência administrativa de ambos municípios. Herveiras emancipou-se em 1995 e Rio Pardo em 1846, ou seja, quase 150 anos de diferença de emancipação política-administrativa. Assim, considerando que Herveiras apresenta uma independência recente, o objetivo era compreender como municipalidades tão jovens e sem narrativa histórica consolidada, dão conta (ou não) de ensinar a sua História Local, e de que maneira o fazem. Já em relação a Rio Pardo, como um dos municípios mais antigos do estado, do qual mais de duzentos novos municípios surgiram, e por suas significativas ligações históricas com o estado e o país, o objetivo é compreender a preocupação (ou não) em contemplar o ensino de História Local nas redes de ensino.

Considerando as distintas realidades, foram entrevistados professores do 4º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental, que naquele momento eram responsáveis pela disciplina de História na escola. O foco de observação nos professores se justifica como os principais mobilizadores do ensino, em sua arte de preparar e ministrar aulas. As entrevistas ocorreram entre os meses de maio e agosto de 2019, e a duração variou entre falas curtas, de 15 minutos, até conversas mais longas, de até 100 minutos. A presente abordagem estudou os processos históricos de formação regional, especificamente, a construção da história e da identidade.

Nesse sentido, em linhas gerais, a construção das identidades das várias sociedades ocorre a partir da percepção de que existem diferenças entre os grupos humanos, mas, ao mesmo tempo, há pressão dos movimentos de globalização que tentam homogeneizá-las. Assim, as identidades sociais são formadas pelas características comuns de indivíduos e/ou comunidades (costumes, tradições, comportamentos sociais, etc.), que lhes despertam o sentimento de pertencimento, surgido ao longo de sua história e vivência interna ou se configura como uma produção de sentido que foi imposto por elementos externos. A identidade regional é uma construção, no sentido de buscar os elementos culturais de determinados momentos histórico-sociais, que distinguem aquele território dos demais.

Não obstante, é a partir de uma dada realidade concreta, das questões sociais e das manifestações culturais, que se busca construir as identidades possíveis, diante das

diversas relações de poder e de imposição cultural, principalmente do fenômeno da globalização. Esse fenômeno que tende à anulação das culturas e identidades autóctones, através da homogeneização, colocando a diversidade cultural em risco, também permite que as sociedades demonstrem seu referencial identitário, buscando obter reconhecimento de sua alteridade e interagindo com as culturas de outras regiões. Assim, há um reconhecimento das diferentes características do outro, a partir de uma âncora no território, permanência física no local com relações afetivas e sociais nas ações do conjunto daquele agrupamento.

Ao mesmo tempo, a identidade de uma região inevitavelmente estabelece relações socioculturais com as demais partes do globo porque, por mais que a globalização provoque fragmentação política, econômica, militar e cultural, também permite sua circulação. Assim, a identidade cultural genuína de um lugar específico é justamente marcada pela diversidade, coexistindo elementos nativos com os de origem externa. Dependendo do grau de abertura ou imposição, um dos elementos vai se destacar mais. A “história da humanidade foi e é o constante contato entre diferentes grupos sociais com conflitos, dominação, assimilação e alianças conforme o poder de cada um. Nessas relações, ocorre uma grande interação social e cultural impondo, recebendo ou compartilhando costumes e hábitos” (NASCIMENTO, 2013, p. 150).

A nova ordem mundial, a partir do final dos anos 1990, instituiu sistemas complexos que integraram as regiões do globo, provocando o crescimento do comércio internacional e, conseqüentemente, a maior circulação de bens e pessoas entre povos com culturas diferentes. Da mesma forma, houve o aumento dos movimentos de autoafirmação nacional, cultural e religiosa, alinhando ou distanciando grupos em função de afinidades ou diversidades culturais, gerando uma reformulação das identidades culturais. Os vários países do mundo são formados por uma mescla de histórias e culturas, como é o caso do Brasil que, desde a chegada dos portugueses até hoje, mantém essa diversidade cultural e esses grupos sociais em contato e/ou conflito. No caso em apreço aqui, a identidade perpassou por diferentes culturas e civilizações, ainda com muitos elementos culturais pré-coloniais que foram quase destruídos ou sobrepostos pela cultura europeia.

O contato/confronto permitiu o estabelecimento de elementos culturais em comum. Esses elementos estão em transformação justamente em função do impacto da fase da globalização, que instiga à miscigenação cultural, étnica, linguística e religiosa (SEIXAS, 2008). Como todo território tem uma identidade cultural constituída de aspectos naturais/físicos e sociais/culturais nos processos de construção de suas identidades, se faz necessário considerar sua população, seus aspectos econômicos, sua paisagem natural, sua paisagem cultural e o seu poder político.

Como uma região humanamente ocupada é um espaço construído socialmente e transformado pela convivência no conjunto das relações sociais, envolvendo concepções, crenças e transmissão de novos valores, o território não é somente um lugar onde grupos sociais viveram e se reproduziram, de acordo com seus preceitos culturais, mas também uma realidade de conflitos políticos e trocas econômicas. Esses espaços, analisados nesse trabalho, foram palcos de ocupação indígena, cabocla, escrava, luso-brasileira e, mais tarde, de imigrantes. A ocupação se deu de forma lenta, influenciando as relações sociais, modificando a economia, a política e a cultura. Por isso, como o lugar foi ocupado por diferentes grupos, as identidades foram sendo construídas conforme os interesses de cada grupo social. Os laços comuns, que os fazem se sentir como uma comunidade, garantem uma especificidade cultural no mundo e estão inseridos na maneira de vestir, de comer, de falar, na política, na concepção de estado e poder e, na forma de se relacionar com os outros povos e nações.

Compreendendo a História Local

O início da elaboração e construção de histórias das localidades, ou mesmo das municipalidades, ocorreu a partir do trabalho dos chamados *memorialistas*, que se aproximavam do interesse dos acontecimentos do seu lugar e que, via de regra, por razões pessoais começaram a reunir fontes e registrar o que entendiam ser sua história. Porém, embora carregados de boas intenções, essa escrita não observava os aspectos científicos da escrita historiográfica. Por isso, provavelmente cada município tem alguma produção relativa à sua história, ao seu passado e à sua cultura, entretanto, com fragilidade científica.

A história local tem uma posição marginal na historiografia brasileira. Sua escrita predominantemente diletante e sua narrativa demasiado subjetiva parecem ser as principais responsáveis pelo seu descrédito em círculos acadêmicos, embora ainda seja grande a preferência que ela goza junto ao público leigo e avesso, muitas vezes, à linguagem hermética dos historiadores profissionais (CORREA, 2002, p. 11).

Ainda que a História Local não tenha sido uma discussão que estivesse no topo das reflexões acadêmicas, Silva (1990), aponta a necessidade de opção metodológica que privilegia as fontes regionais. Apesar de que, naquele momento, a obra ainda não tinha tanta visibilidade para o local, por outro lado, se constitui num trabalho que caracterizou a História Regional e a diferenciou da Local, esclarecendo que cada abordagem merece um tratamento específico.

Conforme Silva, os estudos históricos enquanto corrente historiográfica que contemplam a História Regional e a História Local, são temas que se entrecruzam, e colocam ao pesquisador uma série de dúvidas de caráter conceitual e metodológico. Também existe diferença entre o que se entende como História Local para o ensino de

forma didática e metodológica, com o protagonismo do professor, e o que se entende como História Local para a pesquisa historiográfica, com o protagonismo do historiador.

Sob o ponto de vista teórico e metodológico, é fundamental a diferenciação da História Local da História Regional quanto ao campo de observação, que são radicalmente distintos. Por isso, os textos contidos em Silva (1990) favorecem e exploram essas perspectivas metodológicas de Região e História, tendo em vista que trazem uma amostra latente dos problemas da História Regional, constituindo um aporte teórico fundamental para pesquisas historiográficas com abordagens regionais, diferenciando o que não faz parte do local.

Já José D'Assunção Barros considerou, vinte anos mais tarde, que a História Regional se constitui em uma maneira de pesquisar, abordar e escrever a História por um viés espacial, que pode ser associado ou desassociado do administrativo, se referindo “a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador, de acordo com o problema histórico que irá examinar” (BARROS, 2010, p. 151), no sentido de escrever e produzir com o uso das fontes regionais.

Neste entendimento, uma questão que diferenciaria a História Regional da História Local seria a comparação, uma vez que esta última teria uma perspectiva de estudar a *realidade micro*. Mas, nesse ponto, é necessário ter o cuidado ao se referir à microlocalização, porque não se pretende igualar com a Micro História, a qual não precisa necessariamente estudar um espaço físico e sim está associada ao *modo como o historiador vê*. Já a História Local estuda um lugar ou uma perspectiva de comunidade com seus diversos aspectos (BARROS, 2010, p. 152-153).

Neste diálogo com Silva (1990) e Barros (2010), que aprofundam a diferenciação entre História Regional e Local, também participam Callai e Zarth, que diziam, anos antes, que a História Local “é uma escala de análise que permite que tenhamos próximos de nós todos aqueles elementos que expressam as condições sociais, econômicas, políticas de nosso mundo” (1998, p. 11), estudadas por um local. Ou seja, se fala de um lugar que guarda muitas relações de sociabilidades, marcado pela proximidade e pela continuidade das relações entre os sujeitos que as estabelecem. E que, ao estudar o lugar, aplicamos um recorte de análise e reflexão.

Basicamente, o que difere a História Regional da História Local é o recorte geográfico, por isso, frequentemente, se fala na História Local como a história do entorno, do mais próximo, do bairro ou da cidade. Diante disso, um dos cuidados importantes com esses estudos é a identificação do conceito de espaço e de território. Simultaneamente, ao considerar que a História Local está relacionada e inserida em uma história global e nacional, ela se caracteriza pela valorização dos particulares e das diversidades. Nesse

sentido, constitui-se em um ponto de partida para a formação de uma identidade local que valoriza o local/lugar (PINSKI, 2018).

Isso posto, considera-se que não raramente o recorte territorial da História Local pode ultrapassar os limites do município, não apenas como um dado disperso, mas como parte de um todo mais complexo. Mas considera-se que cada lugar tem suas especificidades e precisa ser entendido por meio da série de elementos que o compõem e de suas funções (LENCIONI, 1999). Assim, para esse trabalho se definiu que a História Local considera o recorte territorial e o espaço vivido do município que, conforme Callai e Zarth:

De um ponto de vista, pode-se considerar o município como LOCAL onde pois é um determinado espaço com limites muito precisos, possui uma população que se identifica com o nome do próprio município, tem uma história sua, própria, têm o poder público instituído e responsável pelo bom andamento do mesmo (1988, p. 17).

Ou seja, baseando-se na concepção de Milton Santos das “verticalidades e horizontalidades”, a proposta de ensino da História Local é no sentido horizontal pois, na horizontalidade que o local é abordado e pode ser compreendido. De acordo com Santos, “os lugares também se podem fortalecer horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo” (SANTOS, 1996, p. 194). Porém, Ferreira e Oliveira chamam a atenção para se ter o cuidado de que, “a história local só tem valor plenamente explorado se trabalhado com escalas que sejam intercambiadas e sobrepostas para que os alunos possam perceber justamente onde o local e o geral se distanciam e se aproximam” (2019, p. 136).

Portanto, essa afirmação chama a atenção para o fato de que, ao estudar História Local, é necessário manter as relações com as outras escalas mais gerais de compreensão dos acontecimentos, para se ter uma visão mais ampla do que ocorreu na história. Percebe-se que é possível estudar o local, se posicionar e acompanhar os movimentos históricos que perpassam ao longo dos períodos. Sendo assim, a História Local é entendida para essa pesquisa como uma modalidade de estudos históricos que opera na escala de análise dos acontecimentos no município. Ainda, considera a construção de processos interpretativos sobre as diferentes formas de como os atores sociais se constituíram historicamente dentro do município. Interessa-se pelos modos de viver, coletivos e individuais, dos sujeitos e grupos sociais situados nestes espaços que são coletivamente construídos e representados.

Nessa ótica e tendo essa compreensão, ao realizar a pesquisa, se constatou que a visão dos entrevistados ia ao encontro dessa construção teórica. Em um primeiro contato com os entrevistados, no momento de contextualização da pesquisa, especialmente os

gestores, manifestaram a sua insegurança em relação ao tema. Logo iniciaram a conversa esclarecendo que não saberiam muita coisa *da História Local dos seus municípios*, mas que queriam colaborar para mudar essa realidade. Já os professores, especialmente os formados em cursos de História, foram mais pontuais e conceituais.

Assim, os professores e o gestor de Herveiras, quando perguntados sobre o que entendem sobre História Local, responderam que “é trabalhar as origens do município, provavelmente desde a origem da pré-história até os dias atuais para entender como se **deu a formação do município**, desde o princípio” (Grifo da pesquisadora). (Professor C – Rede municipal de Herveiras). Outro entrevistado salientou que:

História Local é a que fale da colonização, fale como se construiu a sociedade local, dos **aspectos culturais que estão enraizados e incorporados na cultura da região**, por exemplo, a sociedade de grupos de danças gaúchas (Grifo da pesquisadora). (Professor C – Rede estadual de Herveiras, 2019).

Ou, ainda:

Eu entendo que História Local é aquilo que vai contar a **história de formação de um local, a história de um povo**, município, do que vai ficar pra gente também levar isso. E o início de tudo. Tudo teve seu começo e daí se criou algumas histórias que a gente vai passando de geração para geração (Grifo da pesquisadora). (Gestor Municipal – Herveiras, 2019).

As duas falas sintetizam a percepção do conjunto dos entrevistados, os quais possuem uma concepção de História Local de acordo com o que apontou Barros (2010), ou seja, um estudo do local, uma perspectiva de comunidade em seus diversos aspectos culturais, sem mencionar fatos heroicos e lendários. Os depoimentos apresentados condizem com as conclusões de Ortiz (2008), que valoriza os aspectos culturais de um local, como da mesma forma dialoga com Flores (2006) e Lencioni (1999), que enfatizam os modos de viver de um povo sob um território, seja ele vivido ou administrativo.

Em Rio Pardo, a equipe de gestão e os professores seguem na mesma compreensão, destacando que História Local é “a história mais próxima... História da família... Do distrito... **As lendas**... A construção das igrejas e da primeira escola... A participação da comunidade na construção”. (Grifo da pesquisadora). (Gestor Municipal – Rio Pardo, 2019). Ou, “entendo que é o conhecimento de muitos fatos históricos de descobertas de patrimônios, das batalhas, **lutas e conquistas que contam e encantam a nossa região**”. (Grifo da pesquisadora). (Professor A – Rede estadual de Rio Pardo, 2019).

Dessa forma, novamente se constatou que a concepção de História Local possui o recorte de território municipal, porém, é uma concepção que evidencia feitos heroicos, não apresentando, nestes discursos, visibilidade das condições históricas, sociais, econômicas e políticas, que conforme Callai e Zarth (1988), devem fazer parte dessa escala de análise.

Essa narrativa, conforme Souza e Silva (2016), demonstrou a força ainda presente da herança eurocêntrica e heroica, no ensino de história.

Como Rio Pardo é um município com uma área territorial extensa, um professor de uma escola municipal, que fica distante da sede, afirmou que compreendia a História Local como “da localidade, o lugar onde vivem, as comunidades” (Professor A – Rede Municipal – Rio Pardo, 2019). A sua compreensão do que é a História Local, tem uma seleção dos aspectos que lhes são mais próximos, de localidade e nem tanto de todo o município. Com essa mesma fala, também foi possível verificar que nas políticas e nas práticas pedagógicas do sistema educativo de Rio Pardo, se contempla o recorte territorial nos limites municipais, porém, isso ainda não é suficiente para aproximar os estudantes da história do município, especialmente das localidades. Ou seja, os estudantes até podem conhecer a narrativa histórica municipal ocorrida na sede, mas não aquela da sua localidade.

Rio Pardo é tido e reconhecido como um município histórico no estado e, conseqüentemente, como tal construiu sua narrativa carregada de eventos heroicos e de importância nacional. Na experiência de Herveiras já foi diferente, porque tem apenas 24 anos de emancipação administrativa, e não possui visibilidade na narrativa histórica estadual. Assim, ao se preocupar com sua história, o grupo entrevistado demonstrou interesse em conhecer os aspectos culturais da formação do seu povo, já conscientes que não se sentem representados na narrativa histórica regional, indicando a necessidade e importância do ensino e da pesquisa da História Local.

Dadas as discussões apresentadas até aqui, conjugando análises teóricas com pesquisas empíricas, que diferenciam os estudos históricos locais dos regionais, se entende, portanto, que o ensino de História Local pode ser uma estratégia/método de abordagem para ensino de história. Nessa ótica, se segue a concepção de que “os métodos de ensino são ações do professor pelas quais organizam as atividades de ensino e dos alunos para atingir objetivos do trabalho docente em relação a um conteúdo específico” (LIBÂNEO, 1990, p. 152). Por isso, é relevante pensar na possibilidade de uma ação prática e próxima ao cotidiano escolar. O ensino de História Local, na perspectiva de um método de ensino, é uma oportunidade de ensino e aprendizagem na linha horizontal entre professor e aluno.

Além disso, ao se colocar na defesa do ensino de História Local como um método, é necessário considerar as diversas linhas interpretativas e as problemáticas na construção da narrativa de cada lugar. Entre outros, porque dificilmente o material de base com que os professores trabalham consegue dar conta das especificidades daquele território, sendo mais viável e significativo se valer de trabalhos escolares temáticos que partem de elementos ou acontecimentos da localidade (FERREIRA; OLIVEIRA, 2019). Nesse sentido,

se deve considerar acontecimentos de conhecimento e relevância para os alunos, como a construção ou a história de uma estrada, uma ponte, uma igreja e, a partir desta atividade, estudar o seu local e estabelecer relações com as escalas e os tempos.

No processo educativo, conforme Pacheco, a prioridade se centra na problematização e não em oferecer o fato histórico dado ao aluno. “O professor de história não deve se preocupar em ensinar como um fato realmente aconteceu, mas sim em problematizar como e por que se elegem determinados eventos para figurar a memória social e os efeitos dessa seleção na sociedade atual e na comunidade local” (2017, p. 22).

Diante de tal contexto, o aluno será instigado a questionar as narrativas dadas, desenvolvendo ou ampliando sua criticidade nas fontes históricas, desencadeando um processo investigativo para melhorar a construção do seu conhecimento. Muito embora não seja a função da disciplina de história na escola formar historiadores, ainda assim ela pode despertar nos estudantes a atitude historiadora. O estudante fará isso a partir do seu local, desde sua infância, edificando condições para que, à medida que venha a adquirir maturidade, possa ser capaz de compreender, questionar e criticar outros períodos da história da humanidade.

A construção deste aluno com atitude historiadora permite e provoca a observação direta e próxima das fontes históricas, no que a História Local oferece maiores vantagens, seja enquanto apropriação de conhecimento histórico, seja enquanto método de ensino. Além disso:

A História Local - sempre entendida como integrante de uma totalidade - é a mais viável para ser estudada pelos anos em termos de fontes: é possível visitar acervo de documentos sobre a localidade; entrevistar pessoas importantes do ponto de vista histórico; observar as marcas deixadas no espaço pelas sucessivas gerações (CALLAI; ZARTH, 1988, p. 12).

Embora muitos municípios ainda não disponham de políticas memorialistas e arquivistas, a própria pesquisa escolar e o diálogo com a comunidade mobilizam a população para que se passe a valorizar e preservar esses materiais, o que possibilita relações específicas entre o passado, o presente e o futuro. Diante disso, Carla Pinsky sugere formas de pesquisa e estudo, com a iniciativa do professor, como os trabalhos com memórias, sites, textos da Macro História e até mesmo a observação direta das sobrevivências e permanências através dos trabalhos de campo.

Os professores de História, para levar às salas de aula a História Regional e Local, terão que virar *pesquisadores*. Ensino e pesquisa, teoria e prática terão que ser definitivamente associados, respeitando-se, claro, as situações concretas vividas pelos profissionais da História. O que não se poderá fazer é ficar de braços cruzados, à espera de que alguma universidade ou algum pesquisador consagrado produza material didático suficiente para atender as demandas dos professores espalhados pelo Brasil, país tão grande e multifacetado (2018, p. 146).

Posto isso, é importante destacar que um trabalho com História Local é desafiador e

Uma ótima oportunidade para atuação dos próprios professores e alunos como sujeitos de produções do conhecimento eleito como objeto de estudo, atendendo também as discussões psicopedagógicas que prezam por uma educação centrada na produção da autonomia, da responsabilidade e da proatividade dos alunos (FERREIRA; OLIVEIRA, 2019, p. 134).

O ensino de História Local, pensado desta forma, se integra e cumpre como que preconiza as políticas nacionais de educação, as quais prezam pela diversidade de recursos de ensino e pela construção de sujeitos críticos. Ou seja, a História Local é vista “como recurso pedagógico privilegiado [...] que possibilita aos estudantes adquirirem, progressivamente, o olhar indagador sobre o mundo de que fazem parte”, propiciando o conhecer para pertencer (BRASIL, 1998, p. 9).

Em razão disso, o ensino de História Local como uma escolha pedagógica está amplamente relacionado aos propósitos da disciplina escolar de história, como um campo de memória para construção do conhecimento histórico e das identidades, por ser pensado e adaptado para o local.

A disciplina escolar de História, na grade curricular do ensino básico, sempre esteve associada à tarefa de reproduzir uma determinada narrativa sobre o passado que servisse ao propósito de construção da identidade nacional no presente, à afirmação de laços simbólicos que consolidasse nos alunos a noção de pertencimento a uma mesma comunidade de sentidos (PACHECO, 2017, p. 21).

Por consequência, o ensino de História Local é valorizado também como estudo do meio, que se vale de diversos temas, como a própria comunidade escolar, sua localidade, as instituições religiosas, elementos que envolvem aspectos da saúde, educação, lazer da população, entre outros, a partir dos seus lugares de memória. Nessa mesma direção, se indaga se essas discussões teóricas sobre a História Local e o seu ensino contribuem para a construção das identidades locais e das individuais.

Construções identitárias a partir da História Local

Como apontado no início do texto, a construção de identidades, em geral, está relacionada aos acontecimentos históricos e às relações socioculturais de um determinado território, bem como à forma que é apresentada e à memória existente e/ou construída. Ao mesmo tempo, interagem com os aspectos globais. A globalização, de um lado, proporcionou a circulação de elementos culturais do mundo todo, permitindo o contato imediato de povos com culturas diferentes. De outro lado, gerou um crescente movimento local de autoafirmação, com valorização das características específicas, via revalorização do patrimônio cultural, por consequência da identidade local.

Para abordar as questões de identidades é necessário estabelecer relações com outros aspectos correlatos, como a cultura, entendida como os modos de viver de uma determinada população. Por Ortiz (2008), a cultura é vista amplamente e composta por elementos materiais e imateriais de um povo, transmitidos ou compartilhados, que atuam e influenciam os diversos aspectos do seu modo de vida. Cada povo vive de acordo com as regras da sua cultura, que nem sempre estão escritas, mas são transmitidas e regulam as práticas culturais e até mesmo as relações econômicas.

Portanto, o presente trabalho segue essa perspectiva de cultura de Ortiz, entendendo que está amplamente vinculada ao desenvolvimento e ao processo de (re) construção das identidades locais, visto que refletem os modos de vida de um povo que vive em determinado lugar/local. Embora se tenham pontos em destaque, os modos de vida de uma população não ficam imutáveis e não se restringem de forma extremamente fixa a determinado local. Se compõem também pelos aspectos substantivos da cultura, apresentando troca cultural, em particular, pela expansão das culturas através das tecnologias e da revolução da informação.

O avanço da globalização e os novos mecanismos de comunicação global que se desenvolvem de forma cada vez mais acelerada trouxeram à tona no campo educacional uma nova e justificada preocupação: a globalização como fator de massificação dos indivíduos e de homogeneização das sociedades, o que pode vir a suprimir a identidade local e as singularidades. Considerando essa realidade, se evidencia cada vez mais a importância da História Local como um dos elementos na construção da identidade territorial e local.

Conforme Hall (1997) e Larrain (2003), essas mudanças culturais globais estão criando uma rápida mudança social, aniquilando as particularidades e diferenças locais e, produzindo em seu lugar, uma cultura mundial homogeneizada, com predominância de feições ocidentalizadas. De modo geral, um *mix* cultural com alternativas híbridas de sociedades multiculturais e culturalmente diversificadas. Para Bauman (2005), a “modernidade líquida” coloca a identidade em um processo de transformação que provoca fenômenos como a crise do multiculturalismo, o fundamentalismo islâmico ou as comunidades virtuais da Internet. Por isso, ensinar e aprender a respeito da formação social e econômica local, embora que ainda se encontrem em dificuldades, é fundamental no processo de (re) construção das identidades. Com isso, neste “contexto atual histórico, no qual cada vez mais as identidades são líquidas fluidas”, torna-se desafiador relacionar local/global, singular/plural, universal/diverso em sala de aula (FONSECA, 2013, p. 240).

Sob os efeitos da globalização, é extremamente difícil para o cidadão comum ter uma imagem mais precisa do passado histórico sem tê-lo tematizado, no interior de uma

“cultura herdada”, que inclui panoramas e costumes de época. Diante de tais elementos, cabe ao ensino, particularmente da História Local, a competência de ajudar na (re) construção ou identificação da sua cultura para, novamente, na construção ou identificação das identidades, suavizar os impactos da globalização nas identidades locais (HALL, 1997).

Dialogando com os conceitos de identidades e cultura, Larrain explica que envolve uma narrativa sobre histórias pessoais e de grupos, comunidades, locais, que estuda a cultura e entende as identidades, que reconhece as formas simbólicas que fazem parte da cultura e da identidade de um povo. Portanto, se configura como “um discurso sobre si mesmo ou sobre o grupo na interação com outros grupos, que só é possível por meio de uma estrutura de significados comuns e da linguagem. Estudar a identidade é estudar como as formas simbólicas são mobilizadas para sua construção” (LORRAIN, 2003, p. 32).

Partindo de um consenso geral, o conceito identidade sugere a identificação de alguma coisa ou alguém; nessa perspectiva, e unindo vários outros, temos os grupos representativos e identitários. Hall (1997) também sugere uma desconstrução desse conceito de identidade, no entanto, reconhece que ainda não existe um novo conceito, uma nova palavra capaz de substituir o conceito de identidade de forma completa, portanto, a definição ainda deve ser explorada com suas críticas. Dentre todas as complexidades do conceito de identidade trazidas, uma delas faz diferenciação entre identidade e identificação, muito embora a identidade possa, por muitas vezes, originar-se de um processo de identificação. Assim, “nossas identidades culturais refletem as experiências históricas em comum e os códigos culturais partilhados, que nos fornecem, a nós, como um ‘povo uno’, quadros de referências e sentidos estáveis, contínuos, imutáveis sob as divisões cambiantes e as vicissitudes de nossa história real” (HALL, 1997, p. 68).

Relações de identidades são, portanto, construídas a partir dos sujeitos, os quais sempre andaram juntos com os processos e dão subsídios para a construção dos processos identitários. Assim, o conceito de identidade abordado não é essencialista e sim estratégico e posicional. Diante do exposto, a identidade deve ser identificada e valorizada para que os sujeitos possam se reconhecer na sua identidade coletiva ou se excluir dela, caso essa não o represente, até porque as identidades culturais são múltiplas, como: nacional, pessoal, territorial, regional e plural. Na perspectiva dos estudos históricos locais, na abordagem do presente texto, se enfatiza a identidade territorial e local, flexibilizando a discussão de que várias identidades podem e compõem o mesmo sujeito.

O migrante, por exemplo, carrega consigo a identidade do seu território de origem, pois ele sai do território, mas o território não sai dele. Neste cenário surgem novas identidades multiculturais e multi-identitárias, proporcionando o surgimento de novos conceitos. Por isso, Haesbaert critica o termo desterritorialização, usado para explicar o

movimento de deslocamento da cultura do seu território de origem, pelo qual a identidade vai além do território geográfico. Na sua visão, essa realidade nada mais é que “as noções de identidade social e identidade territorial, concluindo com novas questões sobre as identidades transterritoriais, mas complexas, num mundo globalizado” (HAESBAERT, 2013, p. 235).

Haesbaert (2013) também problematiza dizendo que a identidade é praticamente indefinível, polissêmica, abstrata e moldada pela construção simbólica, carregada de subjetividade e de objetividade. A identificação de uma identidade se dá em relação a outras identidades, com a complexa relação de escalas territoriais e valorizações. Portanto, retomando as discussões sobre o deslocamento da identidade do território, se conclui que todo território pode ter uma identidade, e que também existe identidade sem território, que são as identidades universais. Diante desta nova realidade, se configura uma nova identidade territorial que é resultante de diversos fatores, como migrações e efeitos de globalização. Trazendo essa reflexão para a História Local, e para a (re) construção das identidades locais, esses fenômenos passam a ser visíveis quando os moradores das localidades fazem as comparações comportamentais e culturais dentre as localidades do município e entre os municípios vizinhos.

Com esse novo desenho de identidades, existe um discurso que propõe uma ideia de (re) territorialização e (re) construção imaginária da identidade. Nessa proposta, Haesbaert (2013), argumenta que os projetos e discursos sobre a valorização das identidades, noção de pertencimento à identidade cultural, territorial e social são embasados muitas vezes na História Local, Regional e Nacional e nos movimentos sociais que podem dar origem a novas identidades, como é o caso do movimento negro, feminista, lésbicas, gays, bissexuais, travestis - LGBT, entre outros. Aqui se pode ver que a identidade pode não ter território, mas o território pode ter uma ou mais identidades, mencionadas como identidades plurais.

Por sua vez, o termo território possui diversas conceituações, provindo “do latim, *territorium*, que, por sua vez, deriva de terra e significa espaço de terra apropriado” (FLORES, 2006, p. 36). Para direcionar o entendimento do trabalho e propor uma compreensão acerca do território, é importante considerar que espaço e território são coisas diferentes, mas que se relacionam. Sua relação se dá pela construção social que ocorre sobre o espaço e constrói o território, o qual “surge, portanto, como resultado de uma ação social que, de forma concreta e abstrata, se apropria de um espaço (tanto física como simbolicamente), por isso denominado um processo de construção social” (FLORES, 2006, p. 4).

Por uma abordagem mais culturalista, o espaço é então usado e apropriado pela população, que também integra o território, ou seja, um espaço vivido por uma construção social. Segundo Flores, “sua identidade cultural é uma ação coletiva, determinada em conjunto com um marco institucional que regula as atividades dos atores locais que participam do processo de construção” (FLORES, 2006, p. 14). Nesse sentido destacado pelo autor, os vínculos culturais são a soma de todos os elementos culturais, ambientais e produtivos que têm um efeito conjunto adquirindo uma qualidade territorial, que também recebe o nome de território construído e vivido.

Por sua vez, o território dado que é aquele que conhecemos geograficamente e politicamente através de mapas e determinações políticas. Não observa as características culturais e as experiências vividas, mas é *estabelecido de cima para baixo*, obedecendo às decisões político-administrativas expressas, geralmente, pelas decisões de governos.

Portanto, se entende que o território está em constante transformação, não unicamente por seus limites territoriais, mas também observa os “limites” culturais, naturais, históricos e sociais, ou melhor, as suas diversidades, singularidades e particularidades. Esse território construído também é influenciado, pressionado por forças universais compreendidas de certa forma até com o poder e as forças da globalização. Esse entendimento é melhor esclarecido nas palavras de Etges (2013), a qual afirma que o território é algo que está em processo entre o passado e o futuro imediato. Deve ser visto como um campo de forças e de contradições entre o vertical e o horizontal, o estado e o mercado, o uso econômico e o uso social dos recursos.

No presente trabalho, o olhar está mais voltado para o território vivido do que para o território dado e, tanto a sociedade, quanto a natureza, precisam estar fortalecidos. Além disso, o território possui uma formação econômica e social sob um invólucro histórico determinado. Diferentemente do território dado, o construído se faz a partir dos elementos escolhidos pelos atores locais, de forma participativa.

Retomando a relação com as escolas, se sabe que as mesmas estão inseridas em um território construído. Assim, no contexto escolar, os conhecimentos do território podem e devem ser valorizados na perspectiva de potencializar a região. Os estudantes estão inseridos em um território e espelham uma cultura local. É importante que tanto o ensino da Geografia, como no caso aqui, a História Local, seja explorada em sua totalidade, dialogando com as escalas local, regional e global:

Os conteúdos de História para o segundo ciclo enfocam as diferentes histórias que compõem as relações estabelecidas entre a coletividade local e outras coletividades de outros tempos e espaços, contemplando diálogos entre presente e passado e os espaços locais, nacionais e mundiais (BRASIL, 1998, p. 46).

Nesse ponto, é importante mensurar que os PCNs estão sendo substituídos pela Base Nacional Comum Curricular. Ambas políticas preconizam um mínimo/básico de conhecimentos que devem ser desenvolvidos em todas as escolas brasileiras, mas em ambas no que se referem aos fundamentos teóricos da História Local e ao diálogo com entre as escalas territoriais mantiveram uma sequência e aprofundamento.

Considerando que as escolas devem contribuir na formação da identidade territorial regional, o ensino de História Local faz parte desse processo de construção da identidade. Assim, o território também passa a ser delimitado pela identidade territorial e regional construída.

O território é delimitado pela identidade, pelo interesse comum na resolução de um problema ou resultado esperado: delimitação de uma área na qual os atores ou grupos sociais exercem domínio e possuem o interesse comum de proteger, preservar, valorizar o que tem “de seu” neste espaço, seja na esfera cultural, histórica, ambiental, das potencialidades econômicas, etc. (FLORES, 2006, p. 36).

Ou seja, “o local é uma janela para o mundo” (FONSECA, 2013, p. 244) e a História Local se torna fundamental para a (re) construção e identificação das identidades locais, tão importantes mesmo em época de globalização e de hibridismos das identidades. Por isso, o presente trabalho propõe a História Local como método de ensino, ou ainda, como uma forma de abordagem do estudo da história. A argumentação vai no sentido de que o aluno precisa, primeiramente, se reconhecer como sujeito, se encontrar ou se construir na sua identidade para, posteriormente, se posicionar na sociedade, através da leitura do contexto, do seu local, antes da leitura do texto mundial.

Assim, questões de identidades se constituem em uma discussão de via dupla, pois se as identidades são (re) construídas através do ensino de História Local, tão pouco haverá políticas e democratização desse ensino se não houver identidade e pertença ao seu local. Desta forma, narrativas históricas dadas e acabadas interrompem o processo de se reconhecer e se construir como sujeito e cidadão.

A partir desse embasamento teórico apresentado e tendo como referência as entrevistas comentadas, se verificou que a (re) construção da identidade local é estruturada por três pilares. Em relação ao pilar do território, é necessário que os estudantes saibam de qual território estão falando, enquanto que o da cultura aponta para a indispensabilidade de se conhecer as diversas culturas que constituem aquele território. Para completar a tríade dos pilares, é imperativo que os estudantes tenham conhecimento da história daquele território e daquelas culturas. Esta conclusão, baseou-se na experiência de Herveiras, em que a narrativa histórica não se constrói e nem se solidifica, pois professores e gestores duvidam da credibilidade e, por consequência, não se identificam com a narrativa dada.

Os professores sabem que a narrativa existente não constitui a identidade de Herveiras, mas, ao mesmo tempo, não conseguiram ajudar a construir uma ressignificação da identidade. Ou seja, sabem a qual grupo identitário não pertence e buscam os semelhantes para uma tentativa de identificação.

Eu até acredito que Herveiras **tenta se centrar em uma identidade alemã que hoje não tem relação com o município, ela tem relação com o município de Sinimbu, de Vale do Sol que são municípios vizinhos e que tem uma própria constante cultural com o município de Herveiras.** (Grifo da pesquisadora). (Professor C – Rede municipal de Herveiras, 2019).

Nesta situação, acontecem condições expostas por Larrain (2003), de pertencimento aos grupos representativos, e de Hall (1997), da condição cultural e histórica. Como professores e estudantes não se identificam com a narrativa apresentada, a sugestão é começar a estudar pela comunidade escolar, através da História Local, incentivando que os alunos pesquisem, se reconheçam ou se desconheçam do grupo maior e das identidades e, dessa forma, percebam a existência de outros agentes participantes da formação histórica e cultural do território. Foi, por exemplo, o aspecto que um professor da rede municipal de Herveiras destacou. Segundo o entrevistado, “é importante para os alunos reconhecerem que não apenas os imigrantes europeus vieram para cá e foram os responsáveis por construir o município. **Existem muitos outros povos envolvidos**”. (Grifo da pesquisadora) (Professor C – Rede municipal de Herveiras, 2019).

Já em relação à Rio Pardo ocorre, em uma das escolas participantes da pesquisa, o não reconhecimento e pertencimento à identidade histórica e cultural do município. Em virtude da sua extensão territorial, a comunidade/localidade, que fica muito distante da sede e sua população não conhecem a totalidade do município, não construiu sua identidade histórica interligada com a municipal. Mas, se reconhecem com a identidade histórica e cultural do município vizinho, que está mais próximo. Tal situação remete ao que foi escrito por Haesbaert (2013) sobre a questão do pertencimento de território e desterritorialização, discutida em páginas anteriores. Além disso, é importante ter presente que as identidades não obedecem aos limites políticos, administrativos e territoriais, mas expandem fronteiras.

A realidade de Rio Pardo é que, dentro do mesmo município, apresentam-se mais de uma identidade, que resultam na configuração de múltiplas identidades históricas. Por isso, a História Local entendida como método de ensino, e não como reprodutora de narrativas, é capaz de democratizar o ensino de história e permitir que todas as identidades se reconheçam na formação do território municipal. Conforme relato do professor C da rede municipal (2019), no ano de implantação da disciplina de História de Rio Pardo, houve resistência dos seus alunos, mas, com o passar dos anos, sentiu a mudança. Quando a narrativa de Rio Pardo foi apresentada aos alunos, junto com a identidade que a

acompanha, os estudantes da escola reafirmam a sua identidade local. Na lógica do que foi apresentado por Hall (1997) sobre representatividades, escolheram tomar ou não para eles aquela identidade.

Em Herveiras, para além do não pertencimento à narrativa da história existente, os professores também apresentam preocupação com a construção da identidade na perspectiva de que os estudantes tenham orgulho da vida cotidiana e do lugar onde vivem. Quando questionados sobre a forma como viam a construção das identidades, um professor afirmou que o ensino da História Local deveria colaborar na valorização do lugar do aluno. Conforme o entrevistado, os estudantes “se valorizam no espaço deles...**eu tenho alunos que querem estudar e fazer a diferença no lugar onde eles vivem**. Lá no 4º ano eu tenho três alunos que querem ser agricultores e não querem ir embora”. (Grifo da pesquisadora). (Professor A – Rede municipal de Herveiras, 2019).

A situação que a professora traz é muito enriquecedora no sentido de pensar sobre o pertencimento ao local, a construção da identidade, o posicionamento na sociedade e, conseqüentemente, na formação da cidadania. Assim, se percebe que, por se tratar de um município essencialmente rural, os professores querem trabalhar a História Local para valorizar e desconstruir conceitos de que a vida melhor é no espaço urbano, mas também que ficar no meio rural ou não, seja de uma livre escolha e não uma decisão tomada no calor da pressão ou por falta de opção.

Considerações finais

A utilização do ensino de História Local enquanto um método de edificação de conhecimento sobre determinado lugar cria grandes possibilidades de construção da cidadania e da identidade, conforme demonstraram as pesquisas nos sistemas educativos municipais e estaduais de Herveiras e Rio Pardo. A ação educacional e as vivências em relação ao município de Rio Pardo, na (re) construção da identidade local, a partir da História Local, deve levar em consideração os elementos culturais, que são estruturantes da narrativa histórica. Sobretudo, deve considerar os elementos culturais do local, do território vivido, que vai além do território político administrativo.

Na experiência de Herveiras, as práticas no ensino de História Local apresentaram boas considerações em relação à construção da identidade local. Foi possível unir elementos, pelo depoimento dos professores, de que os alunos se identificam naquilo que estudam e pesquisam em história, resultando na construção de identidades, de sujeitos livres, críticos e ativos, com consciência cidadã e democrática. Entretanto, ocorre em função de iniciativas dos educadores em proporcionar momentos e estabelecer relações com a

realidade próxima dos alunos e não por uma política e concepção intencional do poder público dos sistemas de ensino.

A História Local é a chave do que a anos vem se falando sobre tornar a aula significativa, próxima a realidade do aluno, contextualizada e dinâmica. Aqui se deu privilégio aos temas e fatos históricos, mas é o local presente em todas as disciplinas do currículo escolar. As relações sociais, políticas, econômicas e culturais são melhor compreendidas e transformadas primeiramente no âmbito do local, favorecendo uma melhor participação cívica e cidadã na escala regional e local.

Por fim, conclui-se que na discussão do ensino de História Local, as suas políticas não devem violar o processo de (re) construção das identidades. Ou seja, as políticas para o ensino de História Local não devem eleger uma narrativa única e acabada e reproduzi-la sem questionamentos. Mas devem dar conta de atender às demandas históricas e culturais de forma democrática e plural, permitindo a participação do maior número possível de representantes da sociedade local na sua construção.

Referências

- BARROS, José D'Assunção. **O campo da História**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia/Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/ SEF, 1998.
- CALLAI, Helena C.; ZARTH, Paulo A. **O estudo do município e o ensino de História e Geografia**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1988.
- CORREA, Sílvio M. de S. História local e seu devir historiográfico. **MÉTIS: história & cultura**. v. 2, n. 2, p. 11-32, jul./dez. 2002, p. 11.
- ETGES, Virginia Elisabeta; DEGRANDI, José Odím. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. **RBDR**, Blumenau, v.1, n.1, p. 85-94, abril. 2013.
- FERREIRA, Marieta de M.; OLIVEIRA, Margarida M. D (Cord.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2019.
- FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento - Uma visão do estado da arte**. Santiago, Chile: RIMISP, 2006. Disponível em:
http://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4069_FLORES_M_Identidade_Territorial_como_Base_as_Estrategias_Desenvolvimento.pdf
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizagens**. Campinas: Papirus, 2013.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia Cultural: uma antologia** Vol. II. 1ed. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2013, v. II.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Cultura, Mídia e Educação - Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 22, n 2, p 15-46, jul./dez. 1997.

LARRAIN, Jorge. El concepto de identidad. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 21, p. 30-42, ago. 2003.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990.

NASCIMENTO, José Antonio Moraes do. História e cultura indígena na sala de aula. **Revista Latino-Americana de História**, v. 2, n. 6, 2013, p. 150-170.

ORTIZ, Renato. Cultura e Desenvolvimento. **Políticas Culturais em Revista**, 1(1), p. 122-128, 2008.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Ensino de História e Patrimônio Cultural – Um percurso docente**. Jundiaí: Paco, 2017.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: Contexto, 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço - técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEIXAS, Renato. Identidade Cultural da América Latina: conflitos culturais globais e mediação simbólica. **Cadernos PROLAM/USP – v. 1, ano 8, p. 93 – 120, 2008**.

SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em migalhas - História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.

SOUSA, Israel S.; SILVA, Severino B. Por um ensino de História referenciado na Educação Popular. **Revista História Hoje**. v. 5, nº 9184. 2016.